

O PROCESSO QUE RESULTOU NA CONSTRUÇÃO DE ITAIPU E AS CONSEQUÊNCIAS PARA OS AVA-GUARANI

Mestre Luiz Eduardo Pinto Barros

Universidade Federal da Grande Dourados

luizeduardopb@yahoo.com.br

RESUMO: O presente artigo faz um breve estudo sobre o processo histórico que culminou com a construção da usina hidrelétrica binacional que pertence a Brasil e Paraguai. Apesar da usina ser necessária para ambas as nações no que se refere a superar as suas demandas energéticas, os povos que viviam na região onde Itaipu foi construída passaram por diversos problemas como os indígenas da etnia Ava-Guarani. É perceptível que acordos geopolíticos que objetivam o desenvolvimento das nações envolvidas, em determinadas situações trazem prejuízos para alguns povos como foi o caso da construção de Itaipu. Por isso, o debate sobre o progresso necessita cada vez mais ser amplo no cenário nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Brasil-Paraguai. Indígenas Ava-Guarani. Questão energética.

ABSTRACT: This article is a brief study of the historical process that culminated in the construction of the binational hydroelectric plant that belongs to Brazil and Paraguay. Although the plant is necessary for both nations as regards to overcome its energy demands, the people who lived in the area where Itaipu was built experienced several problems such as the indigenous ethnic Ava-Guarani. It is noticeable that geopolitical arrangements that aim at developing nations involved in certain situations bring harm to some people as was the case of the construction of Itaipu. Therefore, the debate on the progress needs to be more widespread on the national scene.

KEY-WORDS: Relations between Brazil and Paraguay. Ava-Guarani Indians. Energy issue.

Na administração de Juscelino Kubitschek, o Brasil desenvolveu ações de aliança com a América Latina no intuito de atrair investimentos das grandes potências capitalistas e impulsionar a industrialização interna. Neste contexto, um dos países que realizou importantes acordos com o Brasil foi o Paraguai administrado por Alfredo Stroessner desde 1954.

No entanto, a necessidade de desenvolvimento econômico por parte do Brasil, leva ao país a realizar estudos, no início dos anos de 1960, na região de Sete Quedas na fronteira com o Paraguai. Tal região não estava demarcada desde a segunda metade do século XIX, e justamente por isto, o governo paraguaio alegou que o Brasil não poderia desenvolver estudos na região sem consentimento da nação guarani. Como o Brasil observava o Paraguai como um importante aliado para consolidar seus interesses internos e também na América do Sul, como um líder regional, os presidentes João

Goulart e Alfredo Stroessner, em janeiro de 1964, firmaram o acordo de construir uma usina hidrelétrica binacional na região de Sete Quedas.

Mas em 1965, já com os militares no poder da administração brasileira, o governo de Castelo Branco enviou soldados à região de Sete Quedas causando um novo impasse com o Paraguai. O governo brasileiro alegava que pelo fato do Brasil ter sido vencedor da Guerra da Tríplice Aliança no século anterior, a região de Sete Quedas pertencia à nação brasileira e que caso o Paraguai desejasse poderia comprar energia da usina que seria construída pelo lado brasileiro. Tal situação causou indignação no governo e na sociedade paraguaia que em muitos momentos chamaram o governo brasileiro de “imperialista” e “bandeirante”. O impasse seria resolvido em junho de 1966 com a assinatura da Ata das Cataratas que determinava a retirada dos soldados brasileiros em Sete Quedas e o desenvolvimento de estudos por uma comissão mista brasileira e paraguaia com o intuito de construir uma usina hidrelétrica binacional. Em 1973, é assinado o Tratado de Itaipu por ambos os países. A usina binacional permitiu a produção de energia significativa para o Paraguai e principalmente para o Brasil, que teve a região sudeste como uma das mais beneficiadas.

No entanto, a construção da usina hidrelétrica de Itaipu também trouxe reflexos negativos nas sociedades que viviam na região como os pequenos proprietários agrícolas e os índios Ava-Guarani. Estes indígenas inclusive perderam uma quantidade de terra que chegava a 1.500 hectares e foram transferidos para uma reserva de apenas 250 hectares destinada pela empresa Itaipu. Tal processo resultou em uma transformação na dinâmica interna desses indígenas que até os dias atuais lutam para conseguir a quantidade de terra com números próximos aos que possuíam antes.

É possível perceber que a dinâmica interna de um país resulta em vários momentos na postura política desta nação com outros países. E em muitas ocasiões, acordos feitos entre estados alteram a dinâmica interna de setores da sociedade que habitam nestes países. A posição da administração Dutra na década de 1940 de se posicionar a política estadunidense foi resultado de uma dinâmica interna que envolve o embate entre classes empresariais, militares e movimentos operários. Esta posição resultara historicamente numa série de questões que interferirá na política brasileira no âmbito interno e externo. E uma destas questões está na construção de Itaipu que foi um acordo firmado de “cima para baixo” e influenciou a dinâmica da sociedade do oeste do Paraná.

O Paraguai estava sendo governado por Alfredo Stroessner desde 1954, após um golpe de estado. Seu governo foi marcado por uma ditadura que durou 35 anos. Era um governo autoritário, que fazia uso da repressão, do estado de sítio e de perseguições políticas. Não havia liberdade de expressão e somente o poder executivo legislava e executava as leis no território paraguaio. No trecho abaixo, Ceres Moraes aponta que os Estados Unidos tiveram participação na consolidação da ditadura de Stroessner.

A política posta em prática pelos Estados Unidos da América, na defesa de seus interesses, em muito beneficiou Stroessner, não só porque permitia fundamentar seu discurso, como também lhe dava instrumentos práticos, como armamentos e dinheiro, que serviam antes de tudo para “angariar apoios”, especialmente no setor militar (MORAES, 2000, p.5).

Na década de 1950 o governo brasileiro apoiou politicamente o governo de Stroessner. Isto porque a oposição política do presidente paraguaio era apoiada pelo governo da Argentina, que tinha os mesmos interesses que o Brasil de assumir uma liderança política no continente. Menezes menciona que Elpidio Yegros, um dos

maiores opositores políticos de Stroessner, chegou a declarar que o presidente paraguaio fazia discursos contra a oposição com o apoio do Brasil (MENEZES, 1987). Segundo Moraes, a amizade entre os dois países se tornou mais próxima quando foi assinado em 1960 o “Convênio para Revisão de Textos de Livros Didáticos de Forma a não Prejudicar a Amizade entre os Dois Países” tendo em vista que o Paraguai ainda tinha marcas da Guerra da Tríplice Aliança em que foi derrotado pelo Brasil com apoio da Argentina e o Uruguai. (MORAES, 2000).

Com o desenvolvimento de acordos com o Paraguai, o governo brasileiro no início dos anos de 1960 tomou certa atitude que causou tensão nas relações diplomáticas entre os dois países. No final do governo de Juscelino Kubitschek, o então presidente brasileiro desenvolveu estudos na região de Sete Quedas localizada na fronteira com o Paraguai. Estes estudos tinham como objetivo avaliar o potencial hidrelétrico da região tendo em vista a necessidade de demanda por energia que o Brasil ansiava naquele momento. Apesar de o governo brasileiro ter iniciado os estudos em 1960, apenas em 1962 que o governo paraguaio soube dos objetivos do Brasil em Sete Quedas. No trecho abaixo, Menezes aponta que foi através do Jornal do Brasil que os paraguaios tiveram acesso a tal informação.

Em 13 de fevereiro de 1962, o *Jornal do Brasil* publicou um artigo sobre Sete Quedas e os estudos para usar seus recursos, como fonte de energia elétrica. Através disso o governo paraguaio veio a ter conhecimento do que estava se passando. Em sua primeira nota ao governo brasileiro sobre o assunto, a diplomacia paraguaia citou o artigo daquele jornal. A nota paraguaia foi para o Chanceler brasileiro durante o regime parlamentar, Santiago Dantas, e através dela os paraguaios procuraram demonstrar que Sete Quedas, principalmente o mais importante dos seus saltos, o quinto, não estava demarcado e que o Brasil, por consequência, não tinha o direito de explorar nada nas cataratas porque elas não eram propriedade brasileira (MENEZES, 1987, p.73).

Como citado por Menezes no trecho anterior, o Paraguai alegou que a região de Sete Quedas não poderia ser explorada pelo Brasil porque a mesma não havia sido demarcada desde o final da Guerra da Tríplice Aliança na segunda metade do século XIX. As autoridades do país guarani argumentavam que em 1872 foi assinado o Tratado de Paz e Limites para demarcar definitivamente a fronteira entre os dois países, mas a região de Sete Quedas não havia sido demarcada porque a Argentina e a Bolívia alegavam ter direitos sobre ela. No final da década de 1920 e início da de 1930, Brasil e Paraguai haviam assinado um novo tratado complementar para consolidar definitivamente a demarcação entre os dois países, mas novamente novos empecilhos surgiram e impediram a caracterização da fronteira¹ (MENEZES, 1987).

Após os argumentos paraguaios, o governo brasileiro enviou diversas notas diplomáticas a Assunção alegando que tal região já havia sido demarcada e pertencia ao Brasil. Mas o governo paraguaio insistiu que Sete Quedas não havia sido demarcada e por isso o Brasil não tinha direitos sobre ela (MENEZES, 1987).

É possível perceber que a situação de dependência do Brasil em relação ao mercado das grandes potências ocidentais para desenvolver a sua industrialização levou ao país a investir em novas alternativas para ampliar a sua economia. Uma destas alternativas foi desenvolver acordos políticos e econômicos com países vizinhos como o

¹ A dúvida ocorreu na região de Sete Quedas. Os paraguaios acreditavam que o cume da serra de Maracaju indicaria o salto das Sete Quedas como o norte, e, se isto fosse verdade, a região de Sete Quedas pertenceria então ao Paraguai.

Paraguai para ampliar o seu mercado e também influência política. Esta aliança com o Paraguai envolveu interesses de aumentar o prestígio político regional do Brasil e também chamar a atenção de investimentos estrangeiros, sobretudo dos Estados Unidos, para América Latina, demonstrando que a região estava “propícia” para realizar negociações. No entanto, a necessidade de desenvolver a industrialização brasileira para ampliar a economia e atrair mais investimentos, fez o Brasil desenvolver estudos hídricos na região de Sete Quedas, fronteira com o Paraguai, que ainda não havia sido demarcada desde a segunda metade do século XIX.

O Paraguai, sabendo do potencial hídrico de Sete Quedas, apresentou diversos documentos ao governo brasileiro argumentando que tal região não havia sido demarcada, sendo por isso a necessidade de caracterizar a fronteira (MENEZES, 1987).

Depois de várias trocas de notas, Brasil e Paraguai decidiram juntos a desenvolver estudos hídricos em Sete Quedas e construir uma usina hidrelétrica binacional. Em janeiro de 1964, na fazenda Três Marias em Mato Grosso, o então presidente João Goulart ao encontrar com Stroessner firmou o acordo que simbolizou o fim do empecilho sobre Sete Quedas (MENEZES, 1987).

O acordo demonstrou que o governo brasileiro até aquele momento no cenário regional não queria transmitir uma imagem de “prepotência” que pudesse abalar as relações não apenas com o Paraguai, mas também com outras nações na América do Sul impedindo o desejo do Brasil de ser um líder na região. Ao mesmo tempo, a definição do acordo sobre Sete Quedas esta relacionado à necessidade do Brasil de desenvolver a sua industrialização e impulsionar a economia interna. No trecho abaixo, Thomas Skidmore aponta quais eram as condições de desenvolvimento que o Brasil estava passando naquele contexto.

Mas a continuação do desenvolvimento não seria fácil porque a infraestrutura básica era deploravelmente inadequada. A produção de energia elétrica, por exemplo, não conseguia atender a demanda básica do Rio e São Paulo. Os gerentes de fábricas do parque industrial paulista eram muitas vezes obrigados a recorrer os geradores a diesel para não paralisarem a produção e no Rio de Janeiro freqüentemente se racionava água e eletricidade. O total de estradas pavimentadas em um país maior do que os Estados Unidos continentais era de aproximadamente de mil quilômetros. O sobrecarregado sistema ferroviário usava bilotas diferentes em diferentes regiões e a maior parte do seu material rodante era antiquado (SKIDMORE, 1988, pg.31).

Na situação no qual o Brasil precisa de energia para impulsionar o desenvolvimento, o acordo com o Paraguai foi analisado com grande otimismo por parte do governo brasileiro. Porém, após o golpe civil-militar que derrubou João Goulart da administração federal, os militares causaram novamente uma nova tensão com o país guarani. Em junho de 1965, já na administração de Castelo Branco, um pequeno batalhão de militares brasileiros ocupou a mesma área de Sete Quedas, um lugar chamado Porto Coronel Renato.

A ocupação militar brasileira inflamou o orgulho do povo paraguaio e deixou grandes desafios ao governo de Stroessner. Este sendo pertencente ao Partido Colorado sofreu inúmeras pressões dos partidos de oposição. A imprensa paraguaia, que freqüentemente relatava com desconfiança os estudos técnicos sobre Sete Quedas, contribuiu para espalhar o sentimento de indignação da população paraguaia em relação à ocupação militar brasileira (AMARAL E SILVA 2006, P. 74).

Como o Paraguai há muito tempo ansiava em não depender da Argentina de forma exclusiva (principalmente porque os partidos de oposição a Stroessner eram apoiados pelo governo argentino), não era interessante causar um clima de “desconforto” com o Brasil que era uma nova alternativa. Sabendo desta situação, o governo brasileiro refutava muitas vezes a dar atenção às reivindicações paraguaias. Nos momentos em que respondiam aos paraguaios, os membros do governo Castelo Branco alegavam que a região de Sete Quedas era do Brasil por ter saído “vitorioso” na Guerra da Tríplice Aliança e que o mesmo aceitava vender energia ao Paraguai caso assim o desejasse (MENEZES, 2009). Esta situação possibilita a interpretação de que o Brasil fazendo uso da sua condição de “ajudante” ao Paraguai, impôs que este aceitasse os argumentos brasileiros sobre Sete Quedas sem reclamações. Percebe-se que o Brasil naquele contexto, uma nação dependente de investimentos estrangeiros das grandes potências, reproduzia um “sub-imperialismo” no qual o Paraguai dependia dele.

Apesar da tensão ocorrida entre Brasil e Paraguai sobre Sete Quedas, em junho de 1966 ambas as nações assinaram a Ata das Cataratas que simbolizou o fim do impasse diplomático.

Um dos motivos para que o impasse fosse solucionado tem relação ao interesse da Argentina no “caso Sete Quedas”. Ao convocar uma reunião para tratar de questões relacionadas à Bacia do Prata (região onde se encontrava Sete Quedas), o governo argentino tentava aproveitar-se do conflito entre Brasil e Paraguai para aumentar o seu poder de influência sobre o país guarani e ampliar a liderança regional que “disputava” com o Brasil. Assim como era observado pelo governo brasileiro, o Paraguai também era visto como estratégico para a Argentina no intuito de ter mais influência na América do Sul. Porém, para Brasil e Paraguai, a convocação do governo argentino sinalizava um novo “problema” para seus interesses. O Brasil não queria deixar de ampliar sua influência sobre a nação guarani e o Paraguai não queria voltar a se tornar mais dependente da Argentina do que era antes. Contudo, o fim do impasse teve como resultado a retirada das tropas brasileiras da região de Sete Quedas e o desenvolvimento de estudos brasileiros e paraguaios sobre o potencial hídrico da região para juntos construírem uma usina hidrelétrica binacional.

Em 1973, finalmente as duas nações assinavam o Tratado de Itaipu² que é historicamente o maior acordo político e econômico firmado entre Brasil e Paraguai, como mencionado por Amaral e Silva no trecho abaixo.

Após a aprovação do Conselho de Segurança Nacional, pela parte brasileira, e da chancelaria paraguaia, em abril de 1973 os presidentes Médici e Stroessner assinaram o Tratado que ficou conhecido como Itaipu, mas cujo nome completo é “Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá até a foz do rio Iguaçu” (AMARAL E SILVA, 2006, pg.87).

Além do Tratado de Itaipu, outros assuntos entre os presidentes dos dois países foram debatidos com o objetivo de ampliar os acordos que pudessem beneficiar ambas as nações.

² O Tratado de Itaipu é o instrumento legal para o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná pelo Brasil e o Paraguai. Este último aceitou vender o excedente energético produzido pelo país ao Brasil até 2023.

Outros assuntos vieram além do Tratado de Itaipu. Numa declaração oficial, o Brasil prometeu financiar e ajudar o Paraguai a construir uma ferrovia, entre Villarica e a fronteira brasileira, que seria mais tarde conectada com o porto de Paranaguá. O Brasil estava naquele momento no auge do chamado milagre brasileiro (ou seria melhor chamá-lo milagre à brasileira?) quando tudo parecia brilhante e fácil de se fazer. Depois do Tratado de Itaipu e outros acordos paralelos, a relação entre os dois governos aumentou muito. Na administração do presidente Ernesto Geisel, a relação atingiu seu ponto mais alto (MENEZES, 1987, pg.103).

O Tratado de Itaipu foi consequência de uma política de desenvolvimento econômico necessário para Brasil e Paraguai. Esta necessidade está ligada a dependência de ambas as nações de atrair investimentos externos que pudessem impulsionar a economia interna. O Paraguai ainda era um país muito ligado ao setor agrário naquele contexto e sua industrialização aos poucos ganhava impulso (principalmente posteriormente ao Tratado de Itaipu) (MENEZES, 1987). Já o Brasil, teve com a Itaipu a possibilidade de ampliar o seu desenvolvimento industrial impulsionando a produção interna, substituindo aos poucos a importação de alguns produtos manufaturados pela produção dos mesmos barateando custos além de ampliar a exportação ao mercado externo (e isto inclui as grandes potências ocidentais), melhorando os números de seu superávit.

Para o Paraguai, os acordos políticos e econômicos firmados com o Brasil tiveram números significativos, principalmente na década de 1970 após o Tratado de Itaipu. Menezes aponta que “o Produto Nacional Bruto do Paraguai cresceu 5,1% em 1972; 7,8 % em 1973; 8,3% em 1974; 5,0% em 1975; 7,5% em 1976; 11,8% em 1977; 10,8% em 1978; 10,7% em 1979 e 11,4% em 1980” (MENEZES, 1987, pg.13). Amaral e Silva mencionam que comparado aos anos cinquenta, quando a balança comercial paraguaia passava por momentos de instabilidade, os números ampliaram de forma significativa na década de 1970, e isto “é a constatação de que nesses anos o comércio exterior paraguaio mais que triplicou, passando de US\$ 66,9 milhões em 1954 para US\$ 231,7 milhões em 1973” (AMARAL E SILVA, 2006, pg.93).

Contudo, a construção da usina hidrelétrica binacional de Itaipu também teve aspectos negativos para as sociedades que viviam na região onde foi construída. No trecho abaixo, Giseli Deprá aponta que a construção da usina teve reflexos nas ocupações humanas da região.

Dados extraídos dos Relatórios de pesquisa realizados na área de Itaipu (DOC.R.II) mostram que as obras da barragem da hidrelétrica tiveram início em 1975 e em fins de 1982 começou o alagamento de uma área de 835Km² às margens do rio Paraná. Isso provocou a destruição e o desaparecimento de importantes e insubstituíveis elementos para uma reconstituição mais precisa das várias ocupações humanas. Agora, esse espaço é submerso pelas águas que formam o lago e sustenta as turbinas da Binacional (DEPRÁ, 2006, pg.29).

Com a construção de Itaipu, os índios Ava-Guarani (um dos povos habitantes da região) tiveram suas terras inundadas “tendo que se deslocar para uma reserva delimitada e estabelecida pela Empresa Itaipu” (DEPRÁ, 2006, pg. 42).

Deprá menciona que em 1982, os índios se depararam com as águas avançando sobre suas terras e moradias. Com isso “iniciaram uma peregrinação junto aos órgãos

públicos, reivindicando condições para que sua gente recebesse um lugar de extensão territorial tal a qual a que lhes fora usurpado” (DEPRÁ, 2006, pg. 43).

A autora também menciona os relatos dos índios sobre a situação de ocupação de suas terras por causa da construção de Itaipu como colocado no trecho abaixo.

Em 1979 começou a nossa luta começamos a lutar, a luta até conseguir o nosso direito. A nossa luta foi muito difícil. Fizeram propostas de terras para nós.

A primeira proposta foi de 10 alqueires, a segunda foi de 60 alqueires, a terceira de 80 alqueires. Nós não aceitamos nenhuma. A quarta e última proposta foi de 251 hectares. Mas nós também não aceitamos esta proposta.

A Itaipu entregou para nós a escritura de 251 hectares, mas o mapa foi feito em 31 de julho de 1982 estava marcado só 231 hectares, este mapa nós descobrimos faz dois meses.

Nós não estamos de acordo com os 251 hectares, mas naquele tempo Itaipu começou a nos apertar, dava medo a nós, deu prazo de três dias para sair. Nós não queríamos deixar a nossa terra de 1.500 hectares por uma terra de 251.

A Itaipu começou a encher a água da represa e não teve mais jeito, nós tivemos que sair[...] (ABAIXO ASSINADO DOS ÑANDEVA AO BANCO MUNDIAL, 12. SET. 1986 apud DEPRÁ, 2006, pg. 43-44).

A autora ainda enfatiza este relato dos indígenas mencionando a pressão do estado para que os índios decidissem sem muitas opções.

Observa-se que, inúmeros são os inconvenientes apontados pelos Ava-Guarani, pois, além de ser considerada pequena, a área é inadequada por sua localização aglutinada entre o lago e os colonos ali residentes. Conforme o relato é possível considerar que a aceitação do grupo pela terra oferecida pela Itaipu está pautada, por um lado, pelas pressões por parte da Empresa Itaipu, apoiadas pelo Estado e, por outro, na falta de alternativa deste grupo indígena (DEPRÁ, 2006, pg.44).

Deprá cita como referência bibliográfica o autor Anadir Fochezatto que faz uma análise sobre o processo no qual a empresa Itaipu possibilitou o enriquecimento daqueles que detinham melhores condições financeiras e prejudicou as pessoas menos abastadas.

A negociação da Empresa Itaipu foi um processo injusto e excludente, pois favoreceu aqueles que já tinham recursos para produzir e prejudicou os pequenos proprietários que precisavam dessa ajuda. Ao mesmo tempo, a política energética, desencadeada pelo governo militar durante a década de 70, visava aproveitar o grande potencial hidrelétrico dos rios brasileiros, para o desenvolvimento do País. Principalmente para favorecer as indústrias da região sudeste. Entretanto, nessa corrida desenvolvimentista, esqueceu-se o lado humano que fora involuntariamente envolvido (FOCHEZATTO apud DEPRÁ, 2006, pg. 44).

Nesta questão é possível perceber que o estado, apoiado pelo setor privado, tentou ao máximo desenvolver na região, onde seria construída a Itaipu, projetos que estivessem ligados a uma elite local e nacional (principalmente da região sudeste do Brasil), além de não permitir que movimentos organizados, como no caso dos Ava-Guarani, tivessem opção de escolha numa atitude de imposição. No caso dos indígenas a “invasão do espaço destes índios não foi feita necessariamente mediante a violência física direta. Mas, sim, por todo um círculo de interesses avançando paulatinamente sobre as fronteiras do espaço dos indígenas (DEPRÁ, 2006, pg. 45).

No entanto, neste assunto sobre os indígenas Ava-Guarani e os pequenos proprietários que foram prejudicados em detrimento da construção da Usina Binacional de Itaipu, é necessário analisar algumas questões que envolvem o tempo cronológico, a terra e a dependência da vontade do estado.

Na questão do tempo, o cronometro se tornou um tormento para os indígenas a partir do momento em que estes perceberam que suas terras seriam o cenário da construção de Itaipu. No trecho abaixo, Thompson aponta que a partir do momento em que surge o relógio há uma transformação no modo de vida.

O relógio sobe no palco elisabetano, transformando o último solilóquio de Fausto num diálogo com o tempo: “as estrelas se movem silenciosas, o tempo corre, o relógio vai bater as horas”. O tempo sideral, presente desde o início da literatura, com um único passo abandonou o céu para entrar nos lares. A mortalidade e o amor são sentidos de modo mais pungente quando o “progresso vagaroso do ponteiro em movimento” cruza o mostrador. Quando se usa o relógio ao redor do pescoço, ele fica próximo as batidas do coração. São bastante antigas as imagens elisabetanas do tempo como devorador, desfigurador, tirano sangrento, ceifeiro, mas há um novo sendo de imediatismo e insistência (THOMPSON, 1998, pg.268).

Thompson descreve ao leitor como o relógio cronometra o tempo e “controla” a vida das pessoas. O relógio é um instrumento muito utilizado na sociedade capitalista e foi um recurso muito trabalhado pelos donos de fábricas nos séculos XVIII e XIX para controlar o tempo de trabalho da classe operária (THOMPSON, 1998). No caso dos indígenas Ava-Guarani, o tempo foi “sangrento” para os mesmos à medida que Itaipu estava sendo construída. E a partir do momento em que a empresa Itaipu delimitou um prazo para que os índios decidissem se queriam ou não ocupar as terras que a empresa oferecia em troca dos 1.500 hectares, que seriam cedidos pelos índios de forma forçada, estes últimos não tinham outras opções. Tratando-se de uma situação na qual os indígenas perderiam suas terras por uma quantidade bem menor e que resultaria em superpovoamento e ao mesmo tempo em mudanças na dinâmica destes povos no seu interior, percebe-se que o tempo cronometrado no relógio é analisado por ângulos diferentes para a empresa Itaipu e os Ava-Guarani. Para a primeira o tempo era curto e por isso a Itaipu deveria estar logo em atividade para “impulsionar” o desenvolvimento. Para os segundos, o tempo era curto para toda a sociedade indígena naquela região amadurecer e entrar em consenso sobre o que de fato seria melhor para eles em uma situação em que seu espaço físico, onde exercitam seu meio de vida, estava prestes a ser transformado.

Na questão relaciona a terra, Deprá menciona que a valorização desta por parte dos não-índios, interessados no desenvolvimento da região, foi observada de forma distinta aos dos índios Ava-Guarani.

A ordem e o progresso de um governo autoritário e de uma sociedade conduzida por uma visão modernista-desenvolvimentista transformaram as florestas e a vida dos povos indígenas que tinham naquele espaço uma relação cultural que não se aplica da mesma forma ao valor da terra, conforme é compreendida pelos não-indios. Isto, pois, o território é fator básico na organização deste grupo indígena, seja na produção física, no material e também no simbólico. Tradicionalmente, não objetivam a acumulação, porém a sobrevivência do seu povo e de sua cultura depende da garantia de territórios (DEPRÁ, 2006, pg. 45).

Em uma situação de impulsionar o desenvolvimento econômico, que era o grande objetivo das autoridades políticas e classes empresariais do Brasil durante décadas, a questão da terra pode ser observada a partir da idéia de representações³. A terra tem um valor simbólico para os índios Ava Guarani e é necessária para sobreviverem e reproduzirem seus modos de vida. Os idealistas do desenvolvimento não tendo a percepção (ou não querendo ter a percepção) ofereceram para os indígenas outra terra com dimensões geográficas bem menores daquelas que os índios habitavam. E para impor os seus ideais, as autoridades e classes empresariais delimitaram um pequeno período de tempo para os índios decidirem sem levar em consideração que os últimos deveriam avaliar de forma profunda (o que não se faz rapidamente) o futuro de sua sobrevivência.

Ao migrarem para a área demarcada pela empresa Binacional Itaipu, os índios se depararam com uma realidade que teve reflexos problemáticos para os mesmos. No trecho abaixo, Deprá faz um apontamento sobre esta questão.

Independentemente dos traços culturais, a situação dos índios, na sua maioria, é de severa dificuldade, considerando que a área demarcada pela empresa Binacional Itaipu não comporta o número de famílias que hoje residem ali. O espaço reservado para plantio de roças e/ou auto-suficiência é muito pequeno e as dificuldades se agravaram diante do descaso das políticas indigenistas. Políticas que, frente aos problemas desencadeados na aldeia, aplicam medidas paliativas (DEPRÁ, 2006, pg.47).

Além da situação vivenciada pelos indígenas e os pequenos proprietários que sentiram os efeitos do processo de expansão de industrialização brasileira, deixando suas terras, a questão da dependência da vontade do estado foi uma característica sentida por essas comunidades. Particularmente no caso dos Ava-Guarani, estes foram para uma reserva de 250 hectares, mas deixando claro que seria por um tempo determinado até que a Itaipu resignasse um território com a dimensão geográfica de aproximadamente 1.500 que lhes eram de direito. Porém, até os anos 2000, a Itaipu não cumpriu o acordo que seria de designar os hectares de terra necessários para preencher o número próximo de 1.500 (DEPRÁ, 2006).

Em 1986, os Ava-Guarani elaboraram um *Abaixo Assinado* que foi encaminhado ao Banco Mundial. No trecho abaixo, Deprá aponta as características deste documento.

Este registro mostra que o processo de *territorialização/desterritorialização* vivido pelos Ava-Guarani no Oeste do Paraná, não deve ser jamais ser entendido simplesmente como de mão única, uma vez que os índios

³ São o conjunto de explicações, crenças e idéias que nos permitem evocar um dado acontecimento, pessoa ou objeto. Estas representações são resultantes da interação social, pelo que são comuns a um determinado grupo de indivíduos.

procuraram mostrar diversas formas a importância do tekohá e de sua identidade étnica constantemente negada. No documento, revelam as manipulações da Hidrelétrica que através de estudos antropológicos financiados por ela forjavam informações sobre cultura e a vida dos Ava-Guarani, com a finalidade de facilitar a retirada destes indígenas das terras necessárias para a formação do lago (DEPRÁ, 2006, pg.74).

Este documento, segundo Deprá “não repercutiu na imprensa regional, assim como, a *priori*, não foram abordados nos jornais fatores negativos em relação à inundação de milhares de alqueires de terra” (DEPRÁ, 2006, pg. 74).

Tal situação demonstra que já na década de 1980 e em fase de redemocratização, algumas regiões do Brasil tinham um espaço restrito para manifestações que problematizassem as consequências do “progresso” como a desapropriação de terras indígenas e os abalos naturais que prejudicavam varias regiões, como foi o caso de Sete Quedas. A própria imprensa escrita sob influência significativa de grupos empresariais (principalmente a imprensa regional), pouco ou quase nunca noticiava os abalos negativos que os indígenas e pequenos agricultores sofreram com a construção de Itaipu.

Os descasos do estado para com os índios Ava-Guarani e os pequenos proprietários, que alegavam seus direitos, ainda perpetuaram ao longo das últimas décadas. Com isso, novos debates e pesquisas sobre as “contradições do progresso” devem ser mais aprofundadas no intuito de contribuir para uma reflexão global.

No entanto, é necessário observar de forma cautelosa, precisamente no caso do Brasil, se o crescimento econômico e político destes países em desenvolvimento aumentarão ou diminuirão a desigualdade social interna. O que deve ser analisado é como será este crescimento econômico que repercutirá na vida de quem mais esta interessada: a sociedade heterogênea brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS:

MCCANN, Frank. **The brazilian-american alliance**, 1937-1945. Princeton: Princeton University Press, 1973.

MENEZES, Alfredo de Mota. **A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai 1955-1980**. Campinas: Papirus, 1987.

MORAES, Ceres. **Paraguai: a consolidação da ditadura de Stroessner (1954-1963)**. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2000.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Capítulo 6: “**Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial**” (p.267-304).

DISSERTAÇÕES:

AMARAL E SILVA, Ronaldo Alexandre do. **Brasil-Paraguai: Marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973. Um estudo obre o papel de Stroessner e a importância de Itaipu.** Dissertação (mestrado em Relações Internacionais). Brasília. IREL/UNB, 2006.

DEPRÁ, Giseli. **O lago de Itaipu e a luta dos Ava-Guarani pela terra: representações na imprensa do oeste do Paraná.** Dourados: UFGD, 2006. (Dissertação de Mestrado).

MELO, Leonel Itaussu Almeida. **A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata.** Dissertação (mestrado em sociologia política). São Paulo. PUC/SP, 1987.

Endereço para correspondência
Rua: Alberto Maxwell, 965
Bairro: Vila Esperança
CEP:79831-180
Dourados-MS